



Número: **0003915-47.2024.2.00.0000**

Classe: **RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Corregedoria**

Última distribuição : **04/07/2024**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Apuração de Infração Disciplinar**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ (RECLAMANTE)		RICARDO MINER NAVARRO (ADVOGADO)	
LUIS CESAR DE PAULA ESPINDOLA (RECLAMADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
5642735	17/07/2024 09:12	Decisão	Decisão

Autos: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR - 0003915-47.2024.2.00.0000
Requerente: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ
Requerido: LUIS CESAR DE PAULA ESPINDOLA

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (TJPR). MANIFESTAÇÕES, EM SESSÃO DE JULGAMENTO, COM CONTEÚDO POTENCIALMENTE PRECONCEITUOSO EM RELAÇÃO À VÍTIMA MENOR, ALÉM COMENTÁRIOS INADEQUADOS E DE CONTEÚDO APARENTEMENTE MISÓGINO, EM REITERAÇÃO DE CONDUTA. POSSÍVEL INOBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO CNJ N. 492/2023, QUE ESTABELECEU A OBRIGATORIEDADE DA ADOÇÃO DO PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO PODER JUDICIÁRIO. GRANDE REPERCUSSÃO E MÁCULA À IMAGEM DO PODER JUDICIÁRIO, ALÉM DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO EM CÂMARA CÍVEL CUJA COMPETÊNCIA RESVALA NAS POTENCIAIS INFRAÇÕES COMETIDAS. AFASTAMENTO CAUTELAR IMEDIATO DO MAGISTRADO QUE SE IMPÕE. REUNIÃO DE OUTROS EXPEDIENTES PARA QUE CORRAM EM CONJUNTO À RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR ORA EM EXAME.

DECISÃO

1. Cuida-se de Reclamação Disciplinar (RD), com pedido cautelar de afastamento do cargo e remoção da 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apresentada pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ em desfavor de LUIS CESAR DE PAULA ESPINDOLA, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR).

Em sua petição inicial (Id. 5630088), a reclamante aduz que o Desembargador reclamado vem apresentando conduta incompatível com o exercício do cargo de Desembargador, especialmente em uma turma que trata de violência intrafamiliar.

Aponta que o magistrado requerido ganhou notoriedade nacional quando foi condenado pela prática de um crime em contexto de violência doméstica na Ação Penal 835/DF (2014/0142022-0), tendo como vítima sua irmã, Maria Lúcia de Paula Espíndola, também Desembargadora do mesmo Tribunal.

Destaca que:

(...)

O episódio mais recente da conduta inadmissível do referido Desembargador, ocorreu na última sessão da 12ª Câmara Cível, em julgamento de **manutenção de medida protetiva proposta pelo Ministério Público Estadual em favor de uma aluna de 12 anos que foi assediada por um professor**, em desfavor deste. Nos autos consta a escuta especializada da criança, uma menina, que relatou ter sido assediada em diversas ocasiões, sentindo-se extremamente acuada, deixando de frequentar aulas (como tinha vergonha de contar para a mãe do ocorrido, a menina se escondia no banheiro da escola durante as aulas do professor), relatou que outras colegas também percebiam e que temiam o excesso de aproximação do professor. A medida foi mantida pelo Tribunal, que reiterou não se tratar de julgar a conduta do professor, mas sim de protegê-la do contato diante do seu constrangimento. Foi divergente apenas o Des. Luís Cesar de Paula Espíndola, que proferiu diversas falas reiterando seu descaso para com o combate à desigualdade de gênero e à violência contra mulheres e meninas, as quais serão transcritas para melhor análise da gravidade da situação:

(...)

(Id. 5630088/ grifos no original)

Requer o afastamento cautelar do Desembargador Luis Cesar de Paula Espindola do seu cargo e sua remoção da 12ª Câmara do TJPR, até a decisão final nestes autos, bem como a apuração e julgamento da conduta do Desembargador reclamado por ofensa ao artigo 35, VIII, da Lei Complementar nº 35/79 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN) ; artigos 1º, 2º, 15, 16, 24, 25, 37 e 39, todos do Código de Ética da Magistratura Nacional; bem como em ofensa à Resolução 492 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com posterior aplicação da sanção cabível, se assim restar entendido.

Em petição de 8/7/2024, a demandante narra que a repercussão dos fatos tomou proporções gigantescas, sendo notícia em todos os principais veículos de comunicação do País. Cita *links* para matérias jornalísticas. Afirma que a reação de várias entidades da Justiça Paranaense foi imediata, tais como: OAB/PR, Defensoria Pública do Paraná, Ministério Público do Paraná, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e a Comissão de Igualdade e Gênero do TJPR.

Destaca estar "(...) *agendada sessão da 12ª Câmara Cível do TJPR para a próxima quarta-feira, dia 10 de julho do corrente ano, sob presidência do Desembargador Espíndola. A situação tornou-se insustentável, inviabilizando que o referido magistrado presida ou participe dessa sessão*" (Id. 5632332, fl. 12).

Argumenta que o procedimento instaurado de ofício por este relator (RD n. 0003946-67.2024.2.00.0000) é posterior à Reclamação Disciplinar ora em exame e "(...) *visa exclusivamente os fatos ocorridos na sessão da 12ª Câmara Cível do TJPR do último dia 3 de julho. A reclamação disciplinar realizada pela OAB Paraná, embora motivada especialmente pela mesma ocorrência, informa outras manifestações da mesma natureza operadas pelo mesmo magistrado em diversas outras sessões da mesma Câmara, o que releva sobremaneira o patamar da gravidade da conduta e revela a incompatibilidade do magistrado com a judicatura na área de família e ECA, notadamente pela reiterada expressa negativa de aplicação do julgamento com perspectiva de gênero determinada pelo CNJ*" (Id. 563233, fl. 14).

Nesse sentido, pleiteia a reunião da RD n. 0003946-67.2024.2.00.0000, cuja instauração determinei de ofício, e do PP n. 0003912-92.2024.2.00.0000, apresentado por EUNICE RODRIGUES SILVA, IVETE MARIA CARIBE DA ROCHA, JOSE CARLOS PORTELLA JUNIOR, LUCAS RAFAEL CHIANELLO e TANIA MARA MANDARINO, os quais se identificam como integrantes do Coletivo Advogadas e Advogados pela Democracia (Id. 5630076), constando, no último, semelhante pleito de afastamento cautelar do magistrado, reiterando o pedido cautelar de afastamento do Desembargador demandado do exercício da magistratura até a finalização do procedimento disciplinar, considerando a gravidade do fato, e aplicação de sanção ao magistrado requerido.

É o relatório. DECIDO.

2. A presente Reclamação Disciplinar trata de questão cuja gravidade salta aos olhos, e sobre a qual já me manifestei quando determinei a abertura, de ofício, da RD **0003946-67.2024.2.00.0000, em virtude de fatos ocorridos** na sessão da 12ª Câmara Cível do dia 03/07/24.

De fato, como também consta do relato na presente Reclamação, o Desembargador Luis Cesar de Paula Espindola proferiu manifestação de conteúdo potencialmente preconceituoso em relação à vítima menor, além de ter tecido comentários inadequados e misóginos. A agravar ainda mais o contexto dos fatos, referidas falas

teriam sido proferidas em um caso sensível de assédio envolvendo menor de 12 anos, e cuja medida protetiva havia sido requerida pelo Ministério Público. Houve, nesse contexto, emissão de juízo de valor pelo Desembargador, que teria extrapolado os limites da análise jurisdicional relacionada aos elementos do caso.

A questão foi amplamente veiculada pela mídia junto ao vídeo da sessão, com as informações concernentes à condenação anterior do magistrado por violência doméstica- que já teria ocasionado o seu afastamento anterior da função- e à acusação por lesão corporal envolvendo outras mulheres.

Como exemplo, transcrevo a notícia publicada pelo *site* Migalhas (<https://www.migalhas.com.br/quentes/410697/magistrado-condenado-por-violencia-critica-feminismo-e-nega-protetiva>), sob a manchete “Magistrado condenado por violência doméstica critica feminismo: “estão loucas atrás dos homens””:

“Condenado pela Maria da Penha, **magistrado votou contra a medida protetiva à menina que se sentiu assediada por professor: "ego de adolescente, precisava de atenção"**.

Em julgamento na 12ª câmara Cível do TJ/PR, ao tratar de um caso de medida protetiva a menina de 12 anos que se sentiu assediada por professor, o desembargador Luis Cesar de Paula Espindola, que já foi condenado pela lei Maria da Penha, **criticou o "discurso feminista" e afirmou que "as mulheres estão loucas atrás dos homens"**.

O magistrado foi condenado em março de 2023, pelo STJ, por agressão à irmã, mas a Corte permitiu a volta dele ao cargo. Ele também já foi absolvido de denúncia por lesão corporal contra uma dona de casa, sua vizinha, após a vítima e as testemunhas não comparecerem a depoimento.

Agora, atuante em casos de Direito de Família, o magistrado votou contra a concessão de medida protetiva a criança de 12 anos para que professor não tenha contato com ela **e proferiu falas absurdas sobre mulheres, afirmando que elas é que estão "assediando homens hoje em dia"**.

O caso julgado

No caso, o professor pediu o contato e mandou mensagem para menina de 12 anos no horário da aula, elogiando-a e pedindo para ela não contar a ninguém. A menina apresentou comportamento estranho e não quis mais ir a aula. Segundo depoimento, a criança não falava para a mãe o que estava acontecendo, e como não podia faltar, ia para a escola e ficava no banheiro.

Após acompanhamento psicológico, o caso foi revelado e a menina afirmou que o professor proferia piscadas e olhadas maliciosas, se sentindo assediada. O MP, então, pediu medida protetiva para que o professor não proferisse mais aulas à sala em que a aluna estava e que fosse proibido de se aproximar dela.

O relator do caso, e a maioria do colegiado, votou para manter as medidas protetivas.”

Os contornos do caso ensejaram ampla manifestação da sociedade, como se depreende das matérias divulgadas e da grande disseminação do conteúdo da sessão pelas redes e veículos de comunicação.

A grave repercussão e a grande disseminação da notícia, a macular a imagem do Judiciário, são aqui reproduzidas, como ressaltado nas três Reclamações Disciplinares que atualmente envolvem o tema:

O GLOBO - 'Mulheres estão loucas atrás dos homens' e 'assediam', diz desembargador durante julgamento no Paraná
<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/07/04/mulheres-estao-loucas-atrasdos-homens-e-assediam-diz-desembargador-durante-julgamento-noparana.ghtml>

Carta Capital - Desembargador condenado por violência doméstica diz que 'mulherada está louca atrás de homem'
<https://www.cartacapital.com.br/justica/desembargador-condenado-porviolencia-domestica-diz-que-mulherada-esta-louca-atras-de-homem/>

Poder360 - Desembargador do PR diz que "mulheres estão loucas atrás de homens"
<https://www.poder360.com.br/justica/desembargador-do-pr-diz-que-mulheresestao-loucas-atras-de-homens/>

JOTA - 'Mulheres estão loucas atrás dos homens', diz desembargador do TJPR
<https://www.jota.info/justica/mulheres-estao-loucas-atras-dos-homens-dizdesembargador-do-tjpr-04072024>

CNN Brasil - 'Mulheres estão loucas atrás de homens', diz desembargador ao julgar caso de menor assediada
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mulheres-estao-loucas-atras-de-homensdiz-desembargador-condenado-por-violencia-domestica/>

BandNews - Desembargador do Paraná diz que "mulheres estão loucas atrás de homens"
<https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/noticias/deembargador-doparana-diz-que-mulheres-estao-loucas-atras-de-homens-202407050756>

UOL - Desembargador diz que mulheres 'estão loucas atrás de homem'; OAB reage
https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2024/07/04/desembargador-parana-mulheres-correm-atras-dehomens.amp.htm#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=17201838490010&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com

G1.GLOBO - Desembargador do Paraná diz durante sessão que 'mulheres estão loucas atrás dos homens'; veja VÍDEO

<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2024/07/04/desembargador-do-paranadiz-durante-sessao-que-mulheres-estao-loucas-atras-dos-homens-veja-video.ghhtml>

Terra - Desembargador do Paraná diz que "mulheres estão loucas atrás de homens"; OAB manifesta repúdio

https://www.terra.com.br/nos/desembargador-do-parana-diz-que-mulheres-estao-loucas-atras-de-homens-oab-manifesta-repudio,d9cc70fbd1eefdd6445e16ea43b7453f1b1pxkrv.html?utm_source=clipboard

https://www.terra.com.br/nos/desembargador-do-parana-diz-que-mulheres-estao-loucas-atras-de-homens-oab-manifesta-repudio,d9cc70fbd1eefdd6445e16ea43b7453f1b1pxkrv.html?utm_source=clipboard

XV Curitiba - Desembargador do TJ-PR afirma que 'mulheres estão loucas atrás de homens' e gera polêmica

https://xvcuritiba.com.br/desembargador-do-tj-pr-afirma-que-mulheres-estao-loucas-atras-de-homens-e-gera-polemica/#google_vignette

Massa News - Desembargador do Paraná diz que 'mulheres estão loucas atrás dos homens' <https://massanews.com/noticias/parana/desembargador-espindola/>

Folha de São Paulo - Magistrado do Paraná diz que 'mulherada está louca atrás

de homem' <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/07/magistrado-do-paranadiz-que-mulherada-esta-louca-atras-de-homem.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/07/magistrado-do-paranadiz-que-mulherada-esta-louca-atras-de-homem.shtml>

Globo - Desembargador diz durante sessão que 'mulheres estão loucas atrás de homens'

<https://globoplay.globo.com/v/12733183/>

O Hoje - Desembargador diz que "quem está assediando" são as mulheres <https://ohoje.com/noticia/politica/n/1599541/t/desembargador-diz-que-quem-esta-assediando-sao-as-mulheres/>

Bonde - Desembargador diz em sessão que 'mulheres assediam homens' e é repudiado pela OAB

https://www.bonde.com.br/bondenews/politica/desembargador-diz-em-sessao-que-mulheres-assediam-homens-e-e-repudiado-pela-oab#google_vignette

RIC - Desembargador do PR afirma que "quem está assediando os homens são as mulheres" <https://ric.com.br/rn24h/justica/desembargador-do-pr-quem-esta-assediando-sao-as-mulheres/>

Diário do Poder - Desembargador diz que 'mulheres estão loucas atrás de homens', no PR

<https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/csa-brasil/desembargador-diz-que-mulheres-estao-loucas-atras-de-homens-no-pr>

Gazeta do Povo - Desembargador será investigado por dizer que mulheres estão loucas atrás de homens durante sessão

<https://www.gazetadopovo.com.br/parana/desembargador-sera-investigado-por-dizer-que-mulheres-estao-loucas-atras-de-homens-durante-sessao/>

Blog Politicamente - CNJ vai investigar fala de desembargador do PR sobre mulheres

<https://blogpoliticamente.com.br/cnj-vai-investigar-fala-de-desembargador-dopr-sobre-mulheres/>

Veja - Desembargador do PR: mulheres “assediam” e “estão loucas atrás dos homens”

<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/desembargador-do-pr-mulheres-assediame-estao-loucas-atras-dos-homens/>

Banda B - Desembargador do Paraná diz que “mulheres estão loucas atrás dos

homens” e OAB repudia <https://www.bandab.com.br/noticiasparana/desembargador-do-parana-diz-que-mulheres-estao-loucas-atras-doshomens-e-oab-repudia/>

Metrópolis - Desembargador do PR diz que “mulheres estão loucas atrás de

homens” <https://www.metropoles.com/colunas/guilhermeamado/desembargador-do-pr-diz-que-mulheres-estao-loucas-atras-de-homens>

Blog Politicamente - Desembargador do PR diz que “mulheres estão loucas atrás

dos homens” e OAB repudia <https://blogpoliticamente.com.br/desembargador-pr-diz-que-mulheres-estao-loucas-atras-dos-homens/>

Bem Paraná - OAB condena manifestação de desembargador que disse que “as

mulheres estão loucas atrás dos homens”

<https://www.bemparana.com.br/publicacao/blogs/martha-feldens/oab-condenamanifestacao-de-desembargador-que-disse-que-as-mulheres-estao-loucas-atrasdos-homens/>

Migalhas - Magistrado condenado por violência doméstica critica feminismo:

"estão loucas atrás dos homens"

As situações anteriores envolvendo o desembargador e sua condenação em episódio de violência doméstica, além da acusação de lesão corporal envolvendo outras mulheres, foram revolidas e trazidas à tona neste interregno, com o encaminhamento de diversas notícias que, à época dos fatos, foram cenário de intensa repercussão por envolver membro do Poder Judiciário e sua imagem, a saber:

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/01032023-Corte-condena-desembargador-do-Parana-por-violencia-domestica--mas-suspende-execucao-da-pena.aspx>
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/03/01/desembargador-do-pr-condenado-por-violencia-domestica-tem-pena-suspensa.htm>

<https://www.gazetadopovo.com.br/parana/desembargador-do-tjpr-e-condenado-por-agressao-mas-tem-pena-convertida-em-servicos-comunitarios/>

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/apos-denuncia-do-mpf-superior-tribunal-de-justica-condena-desembargador-por-violencia-domestica-contra-mae-e-irma>.

3. No pedido cautelar de afastamento do cargo e remoção da 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná (OAB/PR) em desfavor do reclamado, aqui analisado, a contextualização dos fatos está bem definida.

Relembra a entidade reclamante que o Desembargador requerido ganhou notoriedade nacional quando foi condenado pela prática de um crime em situação de violência doméstica na ação penal 835/DF (2014/0142022-0), tendo como vítima sua irmã, Maria Lúcia de Paula Espíndola, também Desembargadora do mesmo Tribunal.

Menciona que:

(...)

O desfecho deste processo, iniciado em 2014, culminou em uma decisão proferida em sede de embargos de declaração, transitando em julgado em outubro de 2023. **O Superior Tribunal de Justiça, ao analisar os embargos, concedeu efeitos infringentes para aumentar a pena para sete meses de detenção em regime aberto, reconhecendo que "o exercício da função impõe ao magistrado comportamento irrepreensível na vida pública e particular, de forma que a prática de lesão corporal no ambiente familiar caracteriza alto grau de reprovabilidade da conduta criminoso". Contudo, é importante ressaltar que, lamentavelmente, a mesma decisão reconheceu a prescrição da pretensão punitiva. Em março de 2022, entretanto, foi autorizado o retorno do Desembargador às suas funções no TJPR. No entanto, apesar do desfecho no âmbito da ação penal, até o momento, não há conhecimento de qualquer providência interna adotada pelo Tribunal de Justiça em relação a esse caso.**

(...)

(Id. 5630088/ g.n.)

Em total disparate não corrigido pelo Tribunal de Justiça do Paraná, mesmo diante desta situação em relação à conduta que rendeu ensejo à AP 835, verifica-se que o Desembargador reclamado preside a 12ª Câmara Cível, que julga as ações relacionadas a direito de família, união estável e homoafetiva, Estatuto da Criança e do Adolescente, ressalvada matéria infracional e ações relativas ao direito de sucessões.

No exercício de tal função, tal como informa a inicial da presente Reclamação Disciplinar, o episódio mais recente relacionado à conduta do demandado em postura contrária aos deveres do cargo

(...) ocorreu na última sessão da 12ª Câmara Cível, em julgamento de manutenção de medida protetiva proposta pelo Ministério Público Estadual em favor de uma aluna de 12 anos que foi assediada por um professor, em desfavor deste. Nos autos consta a escuta especializada da criança, uma menina, que relatou ter sido assediada em diversas ocasiões, sentindo-se extremamente acuada, deixando de frequentar aulas (como tinha vergonha de contar para a mãe do ocorrido, a menina se escondia no banheiro da escola durante as aulas do professor), relatou que outras colegas também percebiam e que temiam o excesso de aproximação do professor. A medida foi mantida pelo Tribunal, que reiterou não se tratar de julgar a conduta do professor, mas sim de protegê-la do contato diante do seu constrangimento. Foi divergente apenas o Des. Luís Cesar de Paula Espíndola, que proferiu diversas falas reiterando seu descaso para com o combate à desigualdade de gênero e à violência contra mulheres e meninas, as quais serão transcritas para melhor análise da gravidade da situação:

(3:03) "Se uma pessoa é agredida, porque é uma agressão, tocado seu corpo de uma forma indevida, no mínimo há uma reação na hora de desconforto (...) ninguém comentou disso, não houve uma reação que demonstrasse que tinha havido esse assédio" – ignorando a vulnerabilidade intrínseca a uma menina de 12 anos, bem como a pressão social oriunda da hierarquia entre aluna e professor.

(3:12) "A conversa que ela interpretou, mas respondeu a iniciativa da conversa, ele ligou para ela e ela respondeu" – culpabilização da vítima pelo assédio, como se ao passar o número de telefone e responder a mensagem do professor a menina estivesse consentindo com a invasão de privacidade.

(3:25) "se baseia em provas, claro, coitadinha, coitadinha se aconteceu. Agora se ela interpretar... O mundo está muito cheio de dedos. É uma relação de professor com adolescente." – desmerece em tom jocoso a luta pela erradicação da violência de gênero.

(3:32) "o professor foi engraçadinho de alguma forma, foi um infeliz mesmo, aprendeu com essa lição, porque ele já está sofrendo a punição que estamos confirmando, até quando, até a menina fazer 18 anos, uma coisa meio medida protetiva de uma conduta que não foi comprovada" – reconhece a inadequação da conduta, demonstrando que a questão não é a prova, mas sim de que não considera juridicamente grave.

(...)

(Id. 5630088/ sublinhamos)

Como se observa das transcrições do vídeo da sessão, constantes da inicial, ainda em sessão de julgamento pública, em resposta a Desembargadora Ivanise Maria Tratz Martins que não compunha o *quorum* do julgamento, mas pediu a palavra para tratar

sobre a relevância do assédio e do valor da palavra da vítima, o Desembargador demandado assim se manifestou:

(3:48) “Eu não poderia deixar de responder o que Vossa Excelência falou, que não tem nada a ver com o processo, um discurso feminista, desatualizado, porque se Vossa Excelência sair na rua hoje em dia quem está assediando, quem está correndo atrás de homens são as mulheres, porque essa é a realidade. As mulheres estão loucas atrás dos homens porque são muito poucos. É só sair à noite, eu não saio muito à noite, mas eu conheço, tenho funcionárias, tenho, sabe, contato com o mundo. Nossa, a mulherada está louca atrás de homem e louca para levar um elogio, uma piscada, uma cantada educada, porque elas é que estão cantando, elas que estão assediando, porque não tem homem. Hoje em dia os cachorrinhos estão sendo os companheiros das mulheres, vai no parque só tem mulher com cachorrinho louca para encontrar um companheiro, para conversar e eventualmente para namorar.

(...) lascívia, não sei o que significa isso, agora, homem e mulher normalmente, hoje em dia existem várias tribos (risos). A conduta, a atração, a mulher ser bonita e o homem também, né, e coisa dos sexos, agora a coisa chegou a um ponto hoje em dia, entendeu, que as mulheres é que estão assediando. Não sei se Vossa Excelência sabe, Professores de faculdade são assediados, é ou não é, quando saem da faculdade deixam um monte de viúva, as mulheres, ninguém está correndo atrás de mulher porque está sobrando.”[5]

(Id. 5630088/ sublinhamos)

Nesse passo, a meu ver, não há dúvidas até aqui de que as manifestações do reclamado reforçam preconceitos, pré-julgamentos e estereótipos de gênero, como se as mulheres fossem criaturas dependentes da aprovação, aceitação e desejo masculino.

Tal como mencionado pela OAB/PR, o dito comportamento revela “não apenas um elevado grau de desconhecimento sobre a Resolução nº 492/2023 para julgamento com perspectiva de gênero, de cumprimento obrigatório pelos magistrados e tribunais, mas também um profundo desrespeito para com as mais recorrentes vítimas de todo tipo de violência: meninas e mulheres brasileiras”.

4. Além dos fatos ocorridos na sessão do dia 03/07/24, a OAB/PR enumerou diversos outros exemplos de manifestações proferidas pelo reclamado nas sessões da 12ª Câmara Cível do TJPR, de conteúdo preconceituoso, misógeno, e de reprovabilidade semelhante, a indicar a reiteração da conduta e o perfil do Desembargador reclamado.

Transcrevo, aqui, alguns de tais episódios:

- (a) Em julgamento realizado no dia 20/09/2023 sobre obrigações alimentares em razão de situação de encarceramento, a Desembargadora Ivanise Maria Tratz Martins (relatora) afirmou que a suspensão da exigência reverteria a sobrecarga

de todas as funções parentais à genitora, bem como das consequências que recairiam sobre ela e os menores, por fatos que não são de sua responsabilidade, indo de encontro com os ditames do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero.

Em resposta, o Desembargador Luís Cesar de Paula Espindola alega que as decisões judiciais devem se ater exclusivamente a uma perspectiva prática, e não acadêmicas como a seu ver seria o Protocolo, o que justificaria a suspensão da obrigação alimentar até a efetiva comprovação de trabalho do genitor no cárcere.

Na sequência a Desembargadora Sandra Bauermann destacou que não é uma questão acadêmica, mas um instrumento para que seja alcançada a igualdade de gênero e atingido o objetivo de comprometimento do Estado brasileiro de desenvolvimento sustentável. Destacou que é obrigatória a aplicação do protocolo e que é possível, neste caso, uma vez que a Lei de Execuções Penais prevê que o preso trabalhe e que os valores sejam destinados à família e às crianças, trazendo, portanto, uma possibilidade de implementação prática. Assim, acompanhou o voto da Des. Ivanise. Desembargador Eduardo Augusto Salomão Cambi, por sua vez, ressaltou que o protocolo não é somente do CNJ, mas que o Poder Judiciário se comprometeu com o ODS-5 da ONU, que fala sobre a equidade de gênero, e as várias convenções que determinam a aplicação do protocolo pelo Poder Judiciário, não se tratando de uma mera recomendação. Por conta disso, a posição, neste caso, seria intermediária, a fim de conferir ao alimentante o ônus da prova sobre suas possibilidades financeiras para o pagamento dos alimentos ou não. [1]

- (b) No dia 27/09/2023 quando do julgamento de agravo de instrumento debatendo alimentos compensatórios (processo número 1 da pauta), o desembargador Luís Cesar de Paula Spindola disse expressamente que não está convencido da necessidade de aplicação do protocolo de gênero, pois acompanha a Constituição Federal onde mulheres e homens são iguais.[2]
- (c) Em julgamento realizado no dia 18/10/2023 sobre alimentos indenizatórios à mulher, o Desembargador Espíndola questiona qual o problema se o homem foi mais bem sucedido na profissão do que a mulher. Se ela não ficou rica e ele ficou, não haveria motivo para indenizar porque ela teria se casado pelo regime da separação de bens. O desembargador diz expressamente: “não entendo seu voto, não vejo motivo desses alimentos” e pediu para a relatora justificar e explicar a mudança de voto, pois ele não considerava “razoável”. Afirmou

novamente que se o Agravado teve mais condição e competência para aumentar o patrimônio isso não autorizava indenizar a Agravante e que a situação era plenamente “normal”. [3]

- (d) Durante uma sessão efetuada no dia 06/12/2023 a Relatora Desembargadora Ivanise Maria Tratz Martins destacou a situação de vulnerabilidade enfrentada pela mulher no caso em julgamento, que teve de sair de casa fugindo da violência e assumindo toda a responsabilidade da parentalidade. Diante disso, flexibilizou o entendimento adotado sobre a impossibilidade de cobrança de aluguel para uso exclusivo de imóvel que ainda esteja financiado.

O Desembargador Luís Cesar de Paula Espindola divergiu adotando o posicionamento comum de que não há titularidade capaz de ensejar a cobrança de aluguéis. Para tanto, mencionou que o protocolo de gênero não tem relevância.

Na sequência, o Desembargador Eduardo Augusto Salomão Cambi destacou ainda a questão de que os filhos estão em guarda da apelante, além da violência sofrida.

O Desembargador Sergio Luiz Kreuz, que inicialmente iria acompanhar a divergência, passou a acompanhar a relatora, pois seria premiar o agressor afastar a incidência de aluguéis, sugerindo a majoração dos honorários advocatícios.

O Desembargador Luís Cesar de Paula Espindola retomou a palavra para criticar os colegas que impuseram o aluguel ao agressor, dizendo que a alteração do entendimento não colabora para a pacificação da jurisprudência e previsibilidade das decisões. Menciona expressamente que “dramas são do direito privado, a justiça tem que ser mais pragmática, nesse caso assim, a coitadinha, esse discurso ela segue, eu não sei onde que ele entra na partilha” (2:22) afirmou também que não há obrigatoriedade de observar decisões e resoluções de tribunais superiores. Relatora Desembargadora Ivanise Maria Tratz Martins reafirma que não se trata de casuismo, mas da aplicação do protocolo para julgamento do gênero, reiterando a obrigatoriedade de aplicação da resolução. [4]

Como já manifestei quando da instauração da RD **0003946-67.2024.2.00.0000**, infelizmente, ocorrências tais como a relatada na presente reclamação disciplinar, envolvendo a manifestação e a postura de magistrados com

potencial inobservância dos deveres do cargo e princípios éticos da magistratura tem chegado com recorrência ao conhecimento desta Corregedoria Nacional de Justiça, e, não por acaso, envolvendo mulheres como destinatárias dos atos praticados.

É necessário discorrer cada vez mais sobre a cultura de violência de gênero disseminada em nossa sociedade. Ela é fomentada por crenças e atos misóginos e sexistas, além de estereótipos culturais de gênero. É dever do Poder Judiciário se posicionar veementemente contra atos que banalizam e promovem a violência de gênero, e qualquer tipo de preconceito. Ao se tornar habitual e naturalizada, a discriminação dá ensejo à violência, e gera práticas sociais que permitem ataques contra a integridade, saúde e liberdade da mulher.

Não é admissível que o Estado-juiz, por meio de seus integrantes, estimule, compactue ou se apresente omisso diante de violações institucionais que revitimizam e demonstram ao jurisdicionado cenário oposto ao esperado quando se trata do exame de casos em que a vulnerabilidade é ínsita ao conflito posto. Não se pode aceitar que violações a direitos fundamentais ocorram no âmbito de um Poder que prima pela garantia desses mesmos direitos.

A findar qualquer dúvida quanto ao dever de observância às normas que preconizam a igualdade e o combate à violência de gênero, o CNJ aprovou a Meta 9, que consiste em “integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário”, Dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda 2030, consta o de número 5, referente à igualdade gênero. Ainda sob o enfoque da Organização das Nações Unidas, a ONU Mulheres editou, no mesmo ano da institucionalização da Agenda 2030 no Poder Judiciário brasileiro (2018), o Marco Normativo da Democracia Paritária. Em seu capítulo II, ao tratar da “articulação da responsabilidade do Estado inclusivo com a Democracia Paritária”, o referido marco ratificou o que aqui se expõe como responsabilidade e participação do Judiciário no tema da desigualdade de gênero, cuja problemática gera a grave chaga da violência contra a mulher.

No ponto, seus artigos 8º e 14 indicam, respectivamente, que (g.n.):

ARTIGO 8. O compromisso do Estado inclusivo com a Democracia Paritária configura-se como uma política de Estado, que obriga os poderes executivo, legislativo, **judiciário** e eleitoral a sua aplicação em toda a estrutura territorial

ARTIGO 14. O poder judiciário deveria:

a. **Promover o acesso à Justiça desde o respeito e garantia da igualdade de gênero. (...).**

Não há dúvidas, portanto, de que o Poder Judiciário, por meio de todos os seus órgãos e políticas de gestão, não só detém legitimidade, como tem o dever de garantir um ambiente e um resultado que possam promover o respeito e a garantia à igualdade de gênero.

Nesse contexto, se insere o disposto no art. 35, I da LOMAN, sobre a necessidade de cumprir e fazer cumprir, com serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício, dentre os quais se destinam os comandos voltados a garantir a promoção da igualdade de gênero e o combate à violência institucional, temática preocupante, e que ainda merece olhar atento por parte de todos aqueles que compõem ou se utilizam do sistema de Justiça.

O momento é de atenção mundial ao tema. Em maio deste ano, o Comitê da ONU que monitora o cumprimento da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) pontuou a necessidade de imprimir esforços na prevenção e punição de violência de gênero, não só na esfera privada, mas indubitavelmente também na esfera pública. Diversas Cortes em âmbito internacional reconhecem, nesse aspecto, a responsabilidade do Estado, que se converte em um segundo agressor, quando não demonstra o cuidado necessário no atendimento das denúncias de violência de gênero¹.

Além dos índices alarmantes que envolvem a violência contra a mulher em estatísticas de segurança, salta aos olhos a reiteração de casos de possível inobservância a tais questões que tem sido alvo de atenção da Corregedoria Nacional de Justiça.

São situações envolvendo possível revitimização de mulheres em processos em curso, indícios de tratamento jocoso envolvendo questões de gênero direcionado a advogadas, magistradas e partes ao longo de julgamentos, e inobservância de normas voltadas a garantia do direito das mulheres, como prerrogativas de advogadas. São exemplos lamentáveis levados recentemente e de maneira reiterada à Corregedoria Nacional de Justiça, também objeto de intensa divulgação midiática, por exemplo.

Com efeito, a se somar a tudo o que já foi exposto em relação à conduta do desembargador reclamado, não posso deixar de registrar o que se verificou em resultado

1 Nesse sentido, o julgado da Corte Constitucional da Colômbia : “ T-735/17 Estado puede convertirse en segundo agresor de una mujer cuando no es diligente en atender denuncias de violencia de género”. Disponível em <https://www.corteconstitucional.gov.co/noticia.php?t-735/17-estado-puede-convertirse-en-segundo-agresor-de-una-mujer-cuando-no-es-diligente-en-atender-denuncias-de-violencia-de-genero-8638>. Acesso em 08 de jul. 2024.

da consulta ao sistema PJe do CNJ, envolvendo expedientes disciplinares movidos em face do mesmo magistrado, a saber:

- **PP 0002343-37.2016.2.00.0000**: fundado em reportagem jornalística de 18.8.2016 que apontava “possível envolvimento do reclamado em episódio de agressão e abuso de autoridade na cidade de Curitiba Sugere a notícia jornalística, pois, irregularidades no procedimento do Desembargador Luis César de Paula Espíndola em quatro aspectos: a) *na solicitação de licença após confusão com moradores da vila Domitila*; b) *ao jogar lixo em terreno*; c) *ao agredir fisicamente e verbalmente a cidadã Ana Paula Bergmann e/ou moradores*; e d) *ao dar voz de prisão ao policial Antonio Carlos Polera*;

- **PP 0001395-27.2018.2.00.0000**: a parte alega que o magistrado participou do julgamento dos Embargos Declaratórios opostos na referida Apelação, “já estando afastado de suas funções pelo STJ; ou, por estar ciente da data do seu julgamento e que poderia vir a ser afastado, ter antecipado o julgamento, atropelando fases, descumprindo as regulamentações contidas no Regimento Interno do TJPR”;

- **PP 0008640-21.2020.2.00.0000**: envolve possível morosidade no julgamento de medidas urgentes. O feito foi arquivado pela Corregedoria local na apuração que lhe foi delegada;

- **RD 0001493-07.2021.2.00.0000**: alegação de que o magistrado obsteu a realização de sustentação oral pelo causídico em feito em que deveria ter se declarado impedido, sob a informação de que o desembargador seria parte em um processo ajuizado contra o procurador do requerente, contratado para atuar nos autos do agravo de instrumento em julgamento;

- **PP 0003435-74.2021.2.00.0000**- alegação de irregularidade em análise de ação revisional de alimentos. O feito foi arquivado pela Corregedoria local na apuração que lhe foi delegada;

- **RD 0005834-08.2023.2.00.0000**- a reclamação tem por objeto a Ação Penal que ensejou a condenação do desembargador por prática de violência doméstica. Instaurada de ofício por mim após a notícia do julgamento realizado pelo STJ em março de 2023 para acompanhamento da questão, oficiei ao Tribunal de Justiça do Paraná para questionar quais as providências apuratórias em âmbito administrativo em relação à questão, que remontava fatos ocorridos em 2013. Em resposta, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por meio do seu Presidente, informou que “*em análise ao processo SEI nº 0012558-98.2018.8.16.6000, aberto em 23/02/2018, quando da determinação, pelo*

Superior Tribunal de Justiça, de afastamento do Desembargador Luis Cesar de Paula Espíndola do exercício de seu cargo, verifica-se que, à época, não houve a adoção de demais providências em desfavor do referido Desembargador”(g.n.)”, sendo a hipótese correspondente à decisão que teve a prescrição reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça.

5. No caso em exame, todos os elementos trazidos revelam a presença do *fumus boni iuris* referente aos fatos, fartamente comprovados, e sua correspondência com a violação de deveres do cargo (art. 35, I da LOMAN; arts. 2º, 3º, 9º e 22 do Código de Ética da Magistratura Nacional).

Além disso, verifica-se que o *periculum in mora* também está indubitavelmente presente, ante a mácula à imagem do judiciário decorrente da gravidade da conduta e sua repercussão, e, principalmente, pela comprovação de estar “(...) **agendada sessão da 12ª Câmara Cível do TJPR para a próxima quarta-feira, dia 10 de julho do corrente ano, sob presidência do Desembargador Espíndola**”. Tal como alegado pela Reclamante, **“a situação tornou-se insustentável, inviabilizando que o referido magistrado resida ou participe dessa sessão”** (Id. 5632332, fl. 12).

Inobstante a referida informação não tenha se confirmado ante a “licença especial remunerada”² usufruída pelo Reclamado- e cujo deferimento foi posterior à instauração das Reclamações Disciplinares em seu desfavor-, há informações de que tal licença teria sido interrompida, avizinhandose nova sessão a ser presidida pelo Desembargador referido, marcada para a data de hoje, em contexto similar ao que antes apresentado.

Não se desconhece que, no âmbito administrativo, é excepcional a hipótese de afastamento do magistrado.

Consoante dispõe o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, no exercício de suas atribuições constitucionais, o Corregedor Nacional de Justiça poderá determinar, desde logo, “as medidas que se mostrem necessárias, urgentes ou adequadas” (art. 8º, inciso IV).

Dentro de tais medidas, insere-se também a determinação de afastamento do magistrado investigado, como corolário do dever geral de cautela que também pauta

2 <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2024/07/09/desembargador-do-parana-tira-licenca-uma-semana-apos-dizer-que-mulheres-estao-loucas-atras-dos-homens.ghtml>

os procedimentos de natureza administrativa em geral, tal e qual já indicado na Lei 9.784/1999, inclusive sob a forma *inaudita altera pars*³.

A competência do Conselho Nacional de Justiça em relação aos procedimentos disciplinares possui, como dito, status constitucional, prevista no art.103-B, 4º, III da Constituição Federal, a saber:

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

Nesse diapasão, a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça decorrente do citado dever geral de cautela, no exercício do poder instrutório relacionado aos procedimentos voltados à apuração de infrações disciplinares praticadas por magistrados, relaciona-se à função precípua de garantia da observância aos princípios previstos no art. 37 do diploma constitucional.

Via de consequência, ganha contornos próprios, e ainda maior amplitude quando praticada no bojo de tais procedimentos, como já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da ADI 4709 (“o controle interno do Poder Judiciário coaduna-se com os valores republicanos e com a **necessidade de manter a idoneidade do exercício do poder que é a jurisdição**” -ADI 4709, rel. Ministra Rosa Weber, julgado em 30/05/2022, DJe 09-06-2022).

Na mesma oportunidade, o Supremo reconheceu que a “Corregedoria Nacional de Justiça é órgão destacado, pela Constituição Federal, na arquitetura do CNJ e do controle interno do Poder Judiciário e da magistratura nacional”, e que “o arranjo institucional permite perceber atribuições próprias que visam a densificar o papel constitucional de concretização dos valores republicanos”, de modo a afastar a “alegação

³Nesse sentido, os artigos 45 e 61, ambos da Lei 9.784/99, *verbis*:

“Art. 45. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado”; e

“Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

de inconstitucionalidade na atribuição requisitória por decisão singular do Corregedor, e não do Plenário⁴.

Tal raciocínio deve ser aplicado à interpretação das normas que regulamentam esta atribuição constitucional do Corregedor Nacional de Justiça, conforme seus contornos amplos, já reconhecidos pelo STF.

Dentro do poder geral de cautela, e das medidas assecuratórias praticadas ao longo da apuração de infrações disciplinares por magistrados, a possibilidade de determinação do afastamento do magistrado investigado, antes ou durante a apuração,

4 EMENTA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 8º, V, DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ATRIBUIÇÕES DO CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA. REQUISIÇÃO DE DADOS SIGILOSOS EM PROCESSOS OU PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE SUA COMPETÊNCIA. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL. CONHECIMENTO PARCIAL QUANTO A DADOS BANCÁRIOS E FISCAIS. NORMA FORMALMENTE CONSTITUCIONAL À LUZ DO ART. 5º, § 2º, DA EC Nº 45/2004. HIPÓTESE DE TRANSFERÊNCIA DE SIGILO QUE SE COMPATIBILIZA COM O DESENHO INSTITUCIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS FISCALIZADOS PELO ÓRGÃO, OBSERVADAS AS DEVIDAS GARANTIAS. PROCEDÊNCIA PARCIAL, NA PARTE CONHECIDA. INTERPRETAÇÃO CONFORME. 1. Controvérsia constitucional sobre a atribuição, do Corregedor Nacional de Justiça, de "requisitar das autoridades fiscais, monetárias e de outras autoridades competentes informações, exames, perícias ou documentos, sigilosos ou não, imprescindíveis ao esclarecimento de processos ou procedimentos submetidos à sua apreciação, dando conhecimento ao Plenário" (art. 8º, V, Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça). 2. Cognoscibilidade da ação. I. Rejeitada preliminar de conhecimento parcial, no que concerne às "autoridades fiscais", por ausência de impugnação de todo o complexo normativo. Conquanto o art. 198, § 1º, II, CTN, também preveja o compartilhamento de informações fiscais com autoridades administrativas, a norma contestada se apresenta ao mesmo tempo subjetivamente mais específica e objetivamente mais ampla, a justificar o reconhecimento da existência de interesse de agir em sua impugnação autônoma. II. Restringido, de ofício, o objeto da ação ao que especificamente impugnado, a requisição de dados fiscais e bancários às autoridades competentes. Precedentes. 3. Norma formalmente constitucional, editada com respaldo no art. 5º, § 2º, da EC nº 45/2004, que confere competência ao Conselho Nacional de Justiça, mediante resolução, para disciplinar seu funcionamento e definir as atribuições do Corregedor, enquanto não normatizada a matéria pelo Estatuto da Magistratura. Competência transitória atribuída pelo Poder Constituinte derivado ao CNJ para evitar vácuo normativo a inviabilizar a implementação da arquitetura institucional do controle interno do Poder Judiciário. Resolução que, no ponto, encontra amparo direto na Constituição Federal e equivale à normatização pelo Estatuto da Magistratura. 4. **Atribuição requisitória que, prima facie, colide com o direito à privacidade, à intimidade, à vida privada e à proteção de dados (art. 5º, X e XII, CRFB) resulta constitucional, por se tratar de hipótese de transferência de sigilo justificada diante do papel institucional do CNJ e do Corregedor Nacional de Justiça. O controle interno do Poder Judiciário coaduna-se com os valores republicanos e com a necessidade de manter a idoneidade do exercício do poder que é a jurisdição (ADI 3367). (...)** 7. **A Corregedoria Nacional de Justiça é órgão destacado, pela Constituição Federal, na arquitetura do CNJ e do controle interno do Poder Judiciário e da magistratura nacional. O arranjo institucional permite perceber atribuições próprias que visam a densificar o papel constitucional de concretização dos valores republicanos, o que afasta a alegação de inconstitucionalidade na atribuição requisitória por decisão singular do Corregedor, e não do Plenário.** 8. Ação conhecida apenas no que concerne à requisição de dados bancários e fiscais às autoridades competentes, e, na parte conhecida, julgado parcialmente procedente o pedido, para, em interpretação conforme a Constituição (art. 5º, X, XII e LIV, CRFB), estabelecer que a requisição dos dados bancários e fiscais imprescindíveis, nos moldes do art. 8º, V, do Regimento Interno do CNJ, é constitucional em processo regularmente instaurado para apuração de infração por sujeito determinado, mediante decisão fundamentada e baseada em indícios concretos da prática do ato. (ADI 4709, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 30/05/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-112 DIVULG 08-06-2022 PUBLIC 09-06-2022)

bem como por meio de provimento plenário (art. 27, §3º da LOMAN⁵) ou monocrático, possui importante papel.

A mesma indicação expressa da possibilidade de afastamento monocrático do magistrado, aliás, constou de decisão submetida ao Plenário, e chancelada à unanimidade em seus integrais fundamentos, no caso do julgamento recente da RD 0006684-62.2023.2.00.0000⁶.

A afastar qualquer discussão sobre a interpretação da Resolução 135/2011, os seguintes precedentes, em que determinado o afastamento cautelar do magistrado monocraticamente, com posterior ratificação em Plenário: **RD 0008807-09.2018.2.00.0000 e RD 0000039-21.2023.2.00.0000**.

Com efeito, assim prevê o art. 15 da Resolução 135/2011, *verbis*:

Art. 15. O Tribunal, observada a maioria absoluta de seus membros ou do Órgão Especial, na oportunidade em que determinar a instauração do processo administrativo disciplinar, **decidirá fundamentadamente sobre o afastamento do cargo do Magistrado até a decisão final**, ou, conforme lhe parecer conveniente ou oportuno, por prazo determinado, assegurado o subsídio integral.
§ 1º O afastamento do Magistrado previsto no *caput* **poderá ser cautelarmente decretado pelo Tribunal antes da instauração do processo administrativo disciplinar**, quando necessário ou conveniente a regular apuração da infração disciplinar.
(g.n.)

Não por acaso, indica o parágrafo 1º do referido normativo a “necessidade e conveniência” para aferição acerca do cabimento da medida. Ainda que se saiba ser medida em caráter excepcional, foi descrito em suas hipóteses com acepção ampla, no tocante aos requisitos à determinação de afastamentos cautelares de magistrados submetidos a tais procedimentos disciplinares.

Revela-se, na esteira do que ocorre com os procedimentos de natureza administrativa *lato sensu* e nos dizeres dos doutrinadores, como importante mecanismo para “prevenir danos sérios ao interesse público ou à boa ordem administrativa”, não possuindo a finalidade de intimidar ou punir os infratores, mas, sim a de “paralisar comportamentos de efeitos danosos ou de abortar a possibilidade de que se desencadeiem”⁷. Ainda que determinados sem a oitiva da parte contrária, não

5 “Art. 27. § 3º - O Tribunal ou o seu órgão especial, na sessão em que ordenar a instauração do processo, como no curso dele, poderá afastar o magistrado do exercício das suas funções, sem prejuízo dos vencimentos e das vantagens, até a decisão final.”

6 CNJ - ML – Medida Liminar em RD - Reclamação Disciplinar - 0006684-62.2023.2.00.0000 - Rel. LUIS FELIPE SALOMÃO - 15ª Sessão Ordinária de 2023 - julgado em 17/10/2023.

7 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 35ª ed. rev. e atualizada. São Paulo: Malheiros. p. 859.

desmerecem o contraditório ou a ampla defesa, na medida em que apenas invertem a ordem concernente a tal manifestação à luz da natureza indiciária e preliminar da fase que antecede a abertura do PAD⁸. Na fase posterior, oportunidade em que realizada a dilação probatória e cognição aprofundada e exauriente da questão, haverá a oitiva e ampla participação da parte.

Seus requisitos não estão expressos exhaustivamente pela Resolução 135/2011 ou pela LOMAN, seguindo, como já se pontuou, a análise acerca da necessidade e conveniência da medida, como meio de paralisação dos prejuízos causados, ou que possam vir a ocorrer. Tais prejuízos, ao longo do tempo e construção jurisprudencial advinda de decisões plenárias do Conselho Nacional de Justiça, foram identificados, primordialmente, com a gravidade das condutas que estão sendo objeto da apuração.

Sob tal prisma, as condutas praticadas de caráter grave podem ser consideradas não só aquelas que possuem por consequências repercussões imediatas à atividade contemporaneamente realizada pelo magistrado (**caráter de continuidade da conduta e/ou comprometimento das atividades atuais**), mas também aquelas que, já realizadas, possuem o condão de gerar mácula na imagem do Poder Judiciário e na confiança do jurisdicionado face a tal Poder (“manter a **idoneidade do exercício do poder que é a jurisdição**” - ADI 4709, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 30/05/2022, DJe 09-06-2022), em situação que certamente seria profundamente majorada ante a constatação, por esses mesmos jurisdicionados, de que o investigado permanece, incólume tem na verificação, por parte da sociedade.

Por fim, a verificação acerca de efetivo prejuízo e/ou interferência nas investigações em curso (**necessidade de assegurar o resultado útil da apuração**), caso o magistrado permaneça no exercício das funções, também autoriza a realização do

8EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA SINDICÂNCIA. NÃO AFETAÇÃO DA INSTAURAÇÃO DO PAD. DISPENSABILIDADE DA SINDICÂNCIA. FASE MERAMENTE INVESTIGATÓRIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1) Esta Corte Administrativa tem posicionamento firme no sentido de não interferir no andamento regular de processos administrativos disciplinares quando inexistente patente ilegalidade ou desrespeito aos direitos do investigado. 3) Recurso administrativo conhecido e não provido. 2) Conforme entendimento pacífico do STF, do STJ e do CNJ, as irregularidades existentes no decorrer da sindicância não têm o condão de macular o processo administrativo disciplinar instaurado a partir dela, porquanto a sindicância é um procedimento que se reveste de dispensabilidade e de mera apuração de fatos, sendo até mesmo dispensada a participação do investigado e do seu procurador. (PCA 0006434-68.2019.2.00.0000, rel. Cons. Valtércio Oliveira, Plenário Virtual, DJe 21.11.2019)

poder de cautela pelo Corregedor Nacional de Justiça, na esteira do que prevê o art. 15, caput e parágrafo primeiro, da Resolução 135/2011.

O entendimento do Supremo Tribunal Federal indica convergência a esta linha de atuação, confirmando hipóteses de afastamento cautelar do magistrado, ainda que em fase indiciária como a que antecede a abertura do PAD ou a sua finalização, conforme a recente decisão proferida nos autos da ADI 4638/DF (rel. Ministro Marco Aurélio, redator para acórdão Ministro Luis Roberto Barroso, DJe 15/08/2023).

Na mesma direção, precedente do Plenário do Conselho Nacional de Justiça:

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 28 DA RESOLUÇÃO 135/CNJ. REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR. INSTAURAÇÃO DE OFÍCIO, COM AFASTAMENTO CAUTELAR DO MAGISTRADO. JUIZ DE DIREITO. CRIME DE TRÂNSITO. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA AO PRÓPRIO FILHO. VIOLAÇÃO A IMPEDIMENTO LEGAL. CENSURA. APLICAÇÃO INADEQUADA. BUSCA PELA ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE DA PENALIDADE APLICADA.

(...)

4. Quando a conduta do magistrado indicar o descumprimento de deveres intransponíveis impostos aos magistrados e um indevido favoritismo na sua decisão, a gerar uma repercussão extremamente negativa à imagem do Poder Judiciário e uma inegável perda da confiança dos jurisdicionados na sua atuação, deve-se verificar a adequação e proporcionalidade da penalidade aplicada ao caso.

5. Não é recomendável que o magistrado que tenha despachado o processo envolvendo o próprio filho permaneça em atuação na mesma comarca, transmitindo aos jurisdicionados a falsa impressão de que é autoridade plenipotenciária e que tudo pode, inclusive decidindo questões de seu interesse privado. A conduta do magistrado maculou de forma grave a imagem do Poder Judiciário, com evidente perda da confiança dos jurisdicionados da Comarca na sua atuação. Necessário seu afastamento cautelar.

6. Conclusão pela necessidade de instauração, de ofício, da revisão de processo disciplinar, fundada no art. 83, inciso I, do RICNJ, para verificação da adequação e proporcionalidade da penalidade aplicada ao juiz requerido, nos termos dos arts. 82 e 86 do RICNJ. (PP 0002447-53.2021.2.00.0000, 360ª sessão Plenária, 22/11/2022)- (g.n.)

No caso em tela, segundo penso, evidenciam-se elementos suficientes a recomendar o afastamento imediato do magistrado, na medida em que não se mostra razoável que permaneça em atuação, mormente presidindo a mesma Câmara que trata

de temas afetos ao direito de família e questões envolvendo mulheres e menores, como a que desencadeou as condutas praticadas na sessão do dia 3/7/24 (além de outras pretéritas), e que demandam postura condizente com o respeito aos jurisdicionados e à sociedade, em observância aos deveres éticos da magistratura.

Repiso que os fatos narrados na petição inicial da Reclamação Disciplinar em análise revelam possível cometimento de violência de gênero, bem como inobservância da Resolução CNJ n. 492/2023, que estabeleceu a obrigatoriedade da adoção do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário.

Não se pode também afastar a possibilidade de reconhecimento de violência institucional de que trata a referida resolução, considerada, nos termos legais, à aplicação de procedimentos desnecessários que levem vítimas a sofrimento ou estigmatização⁹, e que, no contexto do Protocolo citado, remete à acepção mais ampla, identificada com a conduta do julgador que se exteriorize como violência de gênero¹⁰. Trata-se de violência que pode se utilizar, inclusive de “expressões mais sutis, mas não menos violentas, tais como os abusos cometidos em virtude das relações desiguais de poder”, sendo comum sua ocorrência “em função de práticas discriminatórias, sendo as questões de gênero, raça, etnia, orientação sexual e religião um terreno fértil para a ocorrência de tal violência”¹¹. Interpretação semelhante, inclusive, foi conferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento recente da ADPF 1.107 (REL. Ministra Cármen Lúcia, ata de julgamento publicada no DJe 27/05/24).

Ressai, portanto, que a conduta do magistrado, segundo apurado até aqui, maculou de forma grave a imagem do Poder Judiciário, com evidente perda da confiança dos jurisdicionados na sua atuação.

A contemporaneidade, a gravidade e a reiteração de conduta pelo magistrado Reclamado ratificam a necessidade **seu afastamento cautelar imediato**, uma vez que se avizinha nova sessão a ser presidida pelo Desembargador referido.

Diante da gravidade do caso e a premente necessidade de prevenir situações futuras em caso de permanência do Desembargador a frente da Câmara que atua nesta mesma matéria, com atitudes reiteradas de contrariedade às políticas e normativos encampados por este Conselho, registro que mantive dialogo com a

9 Conforme a Lei nº 14.321/2022.

10 Conforme pps. 32 e 47 do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-para-julgamento-com-perspectiva-de-genero-cnj-24-03-2022.pdf>.

11 TAQUETTE, Stella (org.). Mulher adolescente/jovem em situação de violência. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007, p. 95.

Presidência, Ministro Luis Roberto Barroso, quando então foi reafirmada a urgência e a gravidade da situação, a demandar a necessidade da medida ora determinada, entabulada conjuntamente.

Em relação à remoção, será analisada por meio da decisão final a ser proferida na presente Reclamação Disciplinar, após a apresentação de defesa pelo Reclamado e a manifestação do TJPR.

6. Assim, DEFIRO, parcialmente, a cautelar requerida, para DETERMINAR O AFASTAMENTO IMEDIATO DO MAGISTRADO RECLAMADO, até decisão final a ser proferida no procedimento disciplinar correlato ou até deliberação do Plenário acerca desta medida.

Desde logo, apresento a presente decisão para ser ou não ratificada em Plenário, na primeira sessão ordinária de agosto de 2024.

Por fim, determino a reunião da RD n. 0003946-67.2024.2.00.0000 e do PP n. 0003912-92.2024.2.00.0000 à presente Reclamatória, para que tramitem conjuntamente ao expediente ora em exame, bem como que seja encartada a eles cópia desta decisão.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e ao magistrado Reclamado.

Concedo o prazo de 10 dias para a manifestação do Reclamado e do TJPR.
Intimem-se e cumpra-se.

Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**
Corregedor Nacional de Justiça

J6/F38